



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140864 - MG (2021/0003275-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : H L DE C (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por H. L. DE C. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.540703-4/000).

O paciente está segregado cautelarmente desse 10/9/2020 em virtude de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do delito previsto no art. 157, caput, c/c art. 61, inciso II, alíneas “e” e “f”, do Código Penal.

O recorrente argumenta, em síntese, a ilegalidade da decisão que converteu a prisão em preventiva, porque decretada de ofício. Assevera que a Recomendação n. 62/2020-CNJ não autorizou a suspensão da realização de audiências de custódia e que no caso concreto não se verificam os requisitos da prisão preventiva, uma vez que não foi comprovado que a liberdade do ora paciente implicaria risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Sustenta que a decisão que decretou a prisão não estaria devidamente fundamentada, conquanto embasada na gravidade do crime em abstrato. Ressalta que se trata de indivíduo primário e de bons antecedentes, razão pela qual caberia a aplicação de medidas cautelares diversas da privação de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne a alegada falta de realização de audiência de custódia à decretação *ex officio* de prisão preventiva, observa-se que a matéria não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Quanto às demais alegações, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente